

APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA MUSEU

Priscila Batista Rabelo¹
José Roberto Severino²
Flávia Goulart Mota Garcia Rosa³

Resumo: O presente trabalho está inserido numa pesquisa mais ampla de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia que tem como objetivo estudar as relações estabelecidas entre o museu universitário e a comunidade do seu entorno. Trata-se de um estudo de caso do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia que está inserido numa comunidade tradicional do Centro Antigo de Salvador. O recorte aqui apresentado aborda a relevância histórico-cultural do Museu de Arte Sacra para a cidade e para o campo das artes e analisa, brevemente, o espaço territorial no qual o Museu está inserido. Objetiva também identificar a política de museu e o plano museológico da instituição. Além disso, busca-se pensar uma metodologia de trabalho que possa ser aplicada na elaboração de uma política para o Museu que possibilite maior interação com a comunidade do entorno e que tenha como princípio norteador a participação popular. A partir desse anseio e da análise dos trabalhos mais recentes no campo das políticas e planos de cultura, o diagnóstico participativo mostra-se como possibilidade viável.

Palavras-chave: Museu de Arte Sacra da UFBA. Centro Antigo de Salvador. Diagnóstico participativo. Política de museu.

Introdução

Antes da constituição dos museus, as universidades já dispunham de coleções que apoiavam as atividades de ensino e pesquisa. Entretanto, os museus institucionalizados e abertos ao público como conhecemos hoje datam do século XVII

¹ Bibliotecária do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - IHAC/UFBA. rabelo.pri@gmail.com

² Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA) e da Faculdade de Comunicação da UFBA. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. jseverino@ufba.br.

³ Professor Associado IV da Escola de Belas Artes e da Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - IHAC/UFBA. Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. flaviagr@ufba.br

(LOURENÇO, 2003). O Museu *Ashmolean* da Universidade de Oxford, Inglaterra, foi aberto ao público em 1683 (TIRRELL, 2002) e teve seu modelo seguido por museus universitários de todo o mundo. Esse novo modelo de museu dispunha de espaços segmentados, como salas de palestras, bibliotecas, laboratórios e ambientes planejados para a observação (LOURENÇO, 2003).

No Brasil, os primeiros cursos de nível superior foram criados após a vinda da família real para o país em 1808. Esses cursos eram ministrados em escolas ou faculdades isoladas que mais tarde foram fundidas para dar origem às primeiras universidades do país. O primeiro museu do país, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, tornou-se um importante centro de ensino e pesquisa. Em 1946 foi incorporado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2001). Segundo Almeida, “no século XIX, a pesquisa científica era realizada prioritariamente em museus e institutos, ou seja, fora das universidades” (2001, p. 49).

Em levantamento realizado em 2001, Almeida identificou 129 museus universitários no Brasil, sendo 52 pertencentes a universidades federais. Como museu universitário, a autora entende “[...] uma coleção ou museu universitário é caracterizado por estar parcial ou totalmente sob responsabilidade de uma universidade – salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico” (ALMEIDA, 2001, p. 10).

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui em sua estrutura três museus universitários e uma galeria de arte que compõem seu Sistema Universitário de Museus, a saber: o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), o Museu de Arte Sacra (MAS), o Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) e a Galeria Cañizares (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 154).

O Museu de Arte Sacra (MAS), o mais antigo desses museus, remonta à década de 1950, período em que a Universidade estava se consolidando e buscando “um acento cosmopolita, um ímpeto modernista e a busca por uma ruptura com o provincianismo” (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 17). Daí a relevância histórico-cultural do Museu de Arte Sacra, remontando à construção do monumento, então Convento, no século XVII, passando pela sua transformação em Museu na década de 1950, até os dias atuais. A descrição do território onde está localizado o Museu será abordada de forma breve e visa situá-lo no contexto da cidade. O objetivo do trabalho é lançar um olhar crítico

sobre a atuação do Museu na comunidade, bem como refletir sobre a possibilidade de construção de uma política de museu para essa Instituição.

Justificativa

O relacionamento da autora com o Museu de Arte Sacra se inicia quando esta assume o cargo de bibliotecária da Instituição. A partir deste momento passa a desenvolver crescente interesse pela temática da cultura e do patrimônio. Buscando ampliar seus conhecimentos realiza uma especialização em Gestão Cultural e em seguida ingressa no Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Move-lhe o desejo de compreender mais a fundo o papel do patrimônio musealizado no cotidiano das pessoas.

Um dos principais questionamentos se debruça sobre o relacionamento do Museu de Arte Sacra com a comunidade do entorno. Num diagnóstico preliminar percebeu o distanciamento entre esses dois atores. Algumas discussões e inferências passam a ser elaboradas de maneira informal junto à equipe do Museu para compreender essa relação com a certeza de que tal compreensão permitirá ao Museu melhor desempenhar sua função social.

Em seguida, ainda em caráter preliminar e informal, a autora inicia um diálogo com membros da comunidade do entorno. Foi possível perceber o interesse de alguns em falar sobre o Museu. Portanto, compreendemos que a pesquisa também se faz importante como uma possibilidade de dar voz à comunidade para expor sua percepção e anseios acerca do MAS.

Somando-se a isso, constatou-se que, apesar do grande número de trabalhos que versa sobre os aspectos físicos e técnicos do Museu de Arte Sacra, pouco tem sido produzido referente ao seu impacto social na comunidade. Em 2009, foi instituído, por meio do Estatuto e Regimento da UFBA, o Sistema Universitário de Museus, como órgão estruturante da Universidade, ligado diretamente à Reitoria. Entretanto, observou-se que nem o Museu nem a Universidade possui uma política de museu estruturada.

Diante do exposto, se faz necessário iniciar um processo de diálogo e construção de uma política que vise maior integração entre o MAS e a comunidade do seu entorno.

Museu de Arte Sacra da UFBA

O Museu de Arte Sacra da UFBA (MAS) está localizado na Rua do Sodré, na zona da poligonal do Centro Antigo de Salvador (CAS) denominada Centro, mais especificamente, no sub-bairro do Dois de Julho, próximo a pontos históricos da cidade de Salvador, como a Ladeira da Preguiça, a Praça Castro Alves, a Rua Chile e o famoso Solar Sodré onde viveu e morreu o poeta Castro Alves. Além disso, “[...] uma vista deslumbrante sobre a vasta baía de Todos os Santos constitui sua invejável e singular fortuna” (SILVA-NIGRA, 1972, p. 11).

A Rua do Sodré é essencialmente residencial, mas apresenta alguns pontos de comércio formal e informal e prestação de serviços, além de uma escola pública de ensino médio e algumas sedes de projetos sociais. É considerada uma região de muita vulnerabilidade econômica e social que nos últimos anos tem sido alvo da especulação imobiliária por conta da vista privilegiada e da instalação de empreendimentos de grande porte nas adjacências.

O MAS foi inaugurado em 10 de agosto de 1959, após um convênio firmado entre a Universidade Federal da Bahia e a Arquidiocese de Salvador. O convênio previa que a UFBA seria responsável pelo restauro e administração do monumento por 60 anos. Em 2017 o convênio foi renovado por mais 60 anos.

Estabelecido num conjunto arquitetônico do século XVII, criado originalmente para abrigar a Igreja e o Convento de Santa Teresa, constitui “[...] em Salvador, e talvez em todo o imenso mundo que foi da coroa lusitana, a mais bela amostra de uma arte transplantada, sem que, por isso, perdesse nenhuma de suas características” (CALDERÓN, 1970, p. 11). Em 1938 todo o conjunto do Convento e Igreja de Santa Teresa mais o seu acervo foram tombados Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A construção do convento dos terésios impactou profundamente à Salvador da época, inclusive o seu contorno e desenvolvimento urbano. No século XIX o convento foi extinto e anos mais tarde o prédio passou a abrigar o Seminário Episcopal. No século XX, após sua transformação em museu, abrigou temporariamente várias escolas da

UFBA, além de importantes eventos e exposições. Tem-se conhecimento que o Convento recebeu as visitas de D. João VI e do Imperador Dom Pedro II em ocasiões distintas do século XIX, e no século XX as visitas da Rainha Elizabeth II da Inglaterra e do Príncipe Consorte Philip Mountbatten.

O acervo atual do MAS conta com peças de escultura em variados suportes, pintura, prataria e azulejaria. Abriga também muitas peças advindas da antiga Sé da Bahia, primeira Catedral do Brasil, demolida em 1933. Merece atenção especial as sepulturas e lápides tumulares que “constituem uma rica fonte para a história social, genealógica e até artística da velha Bahia” (SILVA-NIGRA, 1972, p. 22). Entre as lápides de destaque estão a do primeiro reitor da UFBA e idealizador do MAS, Edgard Santos, a do historiador Rocha Pitta e do mestre-de-campo Jerônimo Sodré Pereira que construiu o solar Sodré e abriu a rua onde está localizado o museu.

A Biblioteca do Museu possui um rico acervo bibliográfico composto de cerca de 4.000 exemplares, entre livros, periódicos e catálogos, das áreas de Religião, História e Artes, além de abrigar obras raras, algumas datando dos séculos XVII e XVIII, e obras consideradas especiais ou valiosas. Dentro da classificação de especiais ou valiosas encontram-se obras com relevância histórica, número reduzido de exemplares impressos, características especiais de edição ou impressão, marcas de pertencimento, como assinaturas e dedicatórias, e outras particularidades.

Abaixo, a última frase do livro de Valentin Calderón que trata do Museu de Arte Sacra, *Biografia de um monumento*.

[...] muitos poucos monumentos desta Cidade do Salvador podem orgulhar-se de uma vida tão cheia de significação para os baianos como este que nos coube a honra de biografar. Nele tiveram ressonância quase todos os acontecimentos que alegraram ou entristeceram, interessaram ou inquietaram a Bahia; entre suas paredes proliferou a virtude, a caridade e a sapiência e marcaram encontro as artes e as letras, e, para não separarem-se nunca dele, ali estão enterrados muitos dos que honraram esta terra com sua inteligência, honestidade e patriotismo. (CALDERÓN, 1970, p. 147).

Vê-se retratadas nesse parágrafo a grandiosidade e representatividade do MAS para a cidade. O Museu de Arte Sacra da UFBA se constitui em importante instituição das artes e cultura do Brasil, tendo sido a sua fundação um marco nos estudos da arte sacra no mundo. Muitas ações e acontecimentos relevantes se deram no âmbito desse Museu, incluindo um importante e pioneiro trabalho na área de ação educativa em museus na década de 1970, desenvolvido pelo então diretor do Museu, Valentin

Calderón, juntamente com uma equipe de museólogos da Universidade. Este trabalho está registrado no livro *Museu, escola e comunidade* de autoria da professora Maria Célia Teixeira Santos (SANTOS, 1987).

Centro Antigo de Salvador

O Centro Antigo de Salvador (CAS) corresponde a uma região que conjuga o Centro Histórico de Salvador (CHS) – tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1984 e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade em 1985 – e seu entorno. É uma área de “[...] significativo valor histórico, cultural, social, econômico e um inestimável patrimônio edificado e artístico de grande importância para a história local e nacional” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 17).

O Centro Antigo de Salvador é composto por 11 bairros – Centro Histórico, Centro, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio – totalizando 7 km² de área não homogênea, com configurações bem diversas entre si e “[...] abrigam grande parte dos equipamentos culturais da capital, como conventos, igrejas, museus, cinemas, teatros, bibliotecas e arquivos [...]”, além de considerável área residencial (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 17).

A cidade de Salvador, fundada em 29 de março de 1549, foi capital do Brasil até o ano de 1763. Durante esse período, o Centro Histórico foi o principal centro econômico e cultural da cidade e um dos principais da Colônia. Por conta disso, nesta região habitavam os mais ricos e influentes da cidade, o que impactou diretamente a arquitetura do lugar:

[...] erguidas grandes edificações e monumentos como a Igreja do Carmo, a Igreja e o Convento de Santa Teresa, o Palácio do Governador, a Casa de Câmara e Cadeia, o Terreiro de Jesus, bem como uma série de sobrados e outras construções, que, hoje, constituem um dos maiores acervos de arquitetura luso-brasileira. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 18)

Durante o século XIX, a cidade começou a se expandir em direção ao sul adquirindo ares mais modernos nessas novas zonas, atraindo as famílias mais abastadas e mudando a configuração do centro da cidade. No século XX esse quadro se acentuou

com a idealização de projetos de ampliação e modernização da cidade que criavam novos polos comerciais e administrativos cada vez mais distantes do centro. Os espaços no CAS foram paulatinamente sendo desocupados pelo poder público, iniciativa privada e população antes residente. O esvaziamento e degradação do centro foram notáveis. Em contrapartida, isso atraiu famílias de baixa renda que começaram a ocupar essas áreas desassistidas e os inúmeros imóveis abandonados. Com isso, o centro foi ressignificado e a precarização e estigmatização deram lugar à opulência de outrora.

Nas últimas décadas, o CAS tem padecido dos problemas comuns aos centros das capitais brasileiras: perda de população, desatenção para com os imóveis tombados, precarização da moradia, insegurança pública. Este contexto resulta num “[...] quadro de vulnerabilidade social em contraponto à existência de um rico patrimônio edificado [...]” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 17).

Plano museológico

O Plano Museológico é uma ferramenta de planejamento estratégico, cuja elaboração é recomendada a todos os museus brasileiros por meio da Lei nº 11.904/2009 do Estatuto de Museus. Trata-se de uma ferramenta de gestão e sua estrutura se propõe adaptável às realidades diversas do país. É também a Lei nº 11.904/09 que atribui ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) a responsabilidade por orientar os museus na elaboração do Plano.

No levantamento dos documentos normativos e políticas do Museu, identificamos a existência de um Regimento Interno, instituído quando da fundação do Museu, mas nenhum Plano Museológico.

O IBRAM possui uma publicação normativa intitulada *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos* (2016), que tem o objetivo de orientar os museus brasileiros na elaboração dos seus Planos Museológicos.

A apresentação da publicação traz explicitamente o seu objetivo, a saber:

A publicação objetiva oferecer subsídios para a elaboração de Planos Museológicos pelos museus brasileiros, atuando como geradora de conhecimento e formação para a área museológica, fomentando tanto a formação e a qualificação de profissionais e estudiosos da área, quanto as normas e os procedimentos para a organização da gestão e do planejamento

dos museus por meio da disponibilização de subsídios técnicos.
(INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2016, p. 3)

Uma análise dessa publicação mostra a defesa de um planejamento dos museus que busque o diálogo com as comunidades que podem ser impactadas pelas ações dos mesmos. No tópico Etapas de Elaboração do Plano Museológico do Capítulo III - Plano Museológico, quando de fato se iniciam as recomendações para a elaboração do plano, a palavra “comunidade” é mencionada 31 vezes, no singular ou plural, e, acompanhada ou não, de qualificadores (RABELO; ROSA, 2019).

Treze, das 31 menções, remetem a um papel relativamente ativo da comunidade no planejamento do museu, seja por meio da escuta das suas demandas ou pela avaliação das ações realizadas. Essa seria, talvez, uma tentativa de estimular a maior participação das comunidades, tirando-as do papel de simples receptoras e dando-lhes maior protagonismo.

Com isso, a elaboração de um plano fazendo uso de uma metodologia focada na participação popular seria o mais alinhado com o proposto pelo IBRAM.

Diagnóstico participativo

Tendo em vista a constatação da não existência de uma política de museu estruturada na Universidade e, levando em consideração as recomendações do IBRAM, se faz preemente pensar na construção dessa política a partir de uma metodologia que possa ser aplicada ao cenário do Museu de Arte Sacra.

A primeira, e essencial, etapa no processo de elaboração de uma política é o diagnóstico que, para Costa e Vilutis (2018, p. 146) “promoverá o conhecimento sobre a realidade sobre a qual se quer incidir”. Segundo Cerqueira (2015, p. 8), “sem diagnóstico não se pode saber quais são as necessidades próprias de cada lugar e os programas oferecidos acabam sendo inadequados”.

O diagnóstico consiste no levantamento da realidade atual sobre a qual se deseja incidir. É importante descrever o contexto, apontar suas características, destacar suas peculiaridades, analisar as ameaças e oportunidades daquele ambiente. A partir desse levantamento haverá subsídios para a construção de propostas mais alinhadas com a

realidade. Na fala de Costa e Vilutis (2018, p. 139): “a leitura da realidade representa um primeiro passo para a projeção de ações de intervenção na sociedade”.

Sendo o objetivo do diagnóstico dar a conhecer uma realidade, os integrantes dessa realidade parecem ser os mais municiados para fazê-lo. Este é um ponto, apontado por muitos autores como crucial, a ser levado em consideração quando se pretende construir uma política pública: contemplar a participação popular. O propósito é dar voz aos diversos atores que serão atingidos pela política, construindo assim um processo mais democrático e, espera-se, com proposições mais alinhadas com a realidade dos envolvidos e, acredita-se, com maior chance de êxito.

O entendimento de participação apresentado por Cerqueira (2015, p. 8) “[...] no âmbito dos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, pressupõe divisão de poder no processo decisório, [...] tomar parte das decisões e ter parte dos resultados”. Costa e Vilutis (2018, p. 148) defendem a participação como premissa para a construção de qualquer política de cultura, pois “quanto maior a representação e o envolvimento da comunidade na elaboração dos diagnósticos de cultura, maior coerência e legitimidade estes terão”.

Como escolha metodológica, o diagnóstico participativo está fortemente alinhado com o propósito de iniciar o processo de construção de uma política para o Museu de Arte Sacra que tenha como princípio o envolvimento da comunidade, alinhado ao proposto pelo IBRAM. Para Cerqueira (2015, p.10) “uma das escolhas metodológicas para se realizar um diagnóstico, que prime pela participação dos sujeitos sociais no processo de coleta e análise das informações é o diagnóstico participativo”.

Segundo Pereira (2001), a origem do diagnóstico participativo remete às pesquisas rurais realizadas na década de 1970 na África e Ásia por pesquisadores europeus que buscavam desenvolver novas metodologias para a compreensão e intervenção nas comunidades considerando os interesses, conhecimentos e lideranças locais. Essa tentativa de instituir uma metodologia diferente das que costumavam ser utilizadas naquelas comunidades é uma resposta às muitas críticas feitas aos procedimentos até então utilizados. Nesse contexto, surge o *Rapid Rural Appraisal* (RRA), traduzido como Diagnóstico Rápido Rural (DRR).

Na década de 1990, após as frequentes críticas do enfoque na rapidez do processo, os pesquisadores cuidaram de dar mais atenção ao aspecto da participação.

Entre erros e acertos, e com o amadurecimento do processo, o DRR vai sofrendo alterações e dando origem a variações do modelo inicial, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). A base conceitual desses novos modelos está ancorada na “pedagogia emancipadora” de Paulo Freire (PEREIRA, 2001, p. 5).

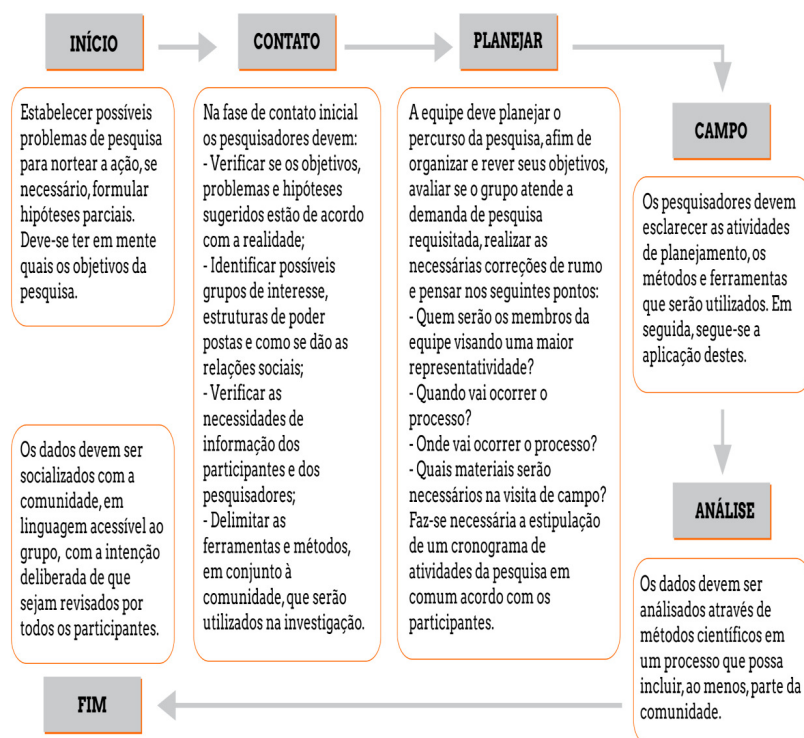
Mais recentemente, o diagnóstico participativo tem sido utilizado, em outras áreas de atuação, na elaboração de políticas públicas de cultura e tem como uma das suas principais características envolver a comunidade na discussão das propostas. Dessa forma, as políticas costumam ser mais exitosas, pois estão alinhadas com os anseios daquele grupo.

Outro ponto positivo colocado por Costa e Vilutis (2018, p. 160) é a possibilidade de, através do diagnóstico participativo, considerar, nas propostas, a identidade do grupo, aqui entendida como as singularidades e dinâmicas culturais locais.

Vale destacar que são variados os tipos e enfoques de diagnósticos. Com o diagnóstico participativo busca-se ouvir a comunidade acerca da avaliação da situação e projeção de ações, pois “é essa mesma comunidade que tem maior apropriação, conhecimento e legitimidade para contribuir na proposição de soluções adequadas às suas necessidades” (COSTA; VILUTIS, 2018, p. 158). É uma importante ferramenta na construção de uma política, mas não é a única. Seus resultados devem ser complementados com outros diagnósticos elaborados a partir de outros enfoques e com a colaboração de outros atores envolvidos no processo para compor um quadro geral da realidade.

Antunes et al. (2018) desenvolve um trabalho no qual discute a aplicabilidade do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) na pesquisa em educação. Para os autores, existem lacunas nesse campo que podem ser preenchidas pelo DRP. Para tal, elaboram um diagrama, reproduzido abaixo, do processo de DRP para a pesquisa em educação.

Figura 1 - Diagrama do processo de pesquisa do DRP



Fonte: Antunes et al. (2018, p. 599)

Como o diagrama se mostra uma potencial ferramenta norteadora do trabalho de diagnóstico participativo também para outras áreas além da educação, optou-se por testá-lo na presente pesquisa.

O diagrama proposto leva em consideração duas questões fundamentais na elaboração do diagnóstico participativo em qualquer campo: a transparência e o diálogo com a comunidade. Os membros da comunidade participante da pesquisa devem conhecer e aprovar todas as etapas do projeto. O trabalho é coordenado por um facilitador que tem o papel de mediar o diálogo entre os grupos participantes.

Um trabalho de diagnóstico participativo pode envolver diferentes instrumentos e ferramentas de pesquisa, a exemplo de grupos focais, dinâmicas de grupo, questionários, entrevistas, entre outros. Estas escolhas precisam ser discutidas e aprovadas pelos sujeitos que participarão da pesquisa, buscando sempre o que for mais proveitoso para a pesquisa, mas considerando também o bem-estar do grupo. Neste trabalho a escolha foi pela entrevista semiestruturada.

Conclusão

A proposta de aplicação do diagnóstico participativo para a construção de uma política para o Museu de Arte Sacra se ancora na ideia de reforçar o diálogo entre a instituição e a comunidade do seu entorno, buscando maior integração e levando em consideração as demandas postas por esse grupo, tudo isso alinhado à proposição do IBRAM de elaborar planos museológicos a partir do diálogo com as comunidades atendidas pelos museus.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários**: por que museus de arte na Universidade de São Paulo? 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2001.

ANTUNES, Jeferson et al. Diagnóstico rápido participativo como método de pesquisa em educação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 03, p. 590-610, nov. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n3/1982-5765-aval-23-03-590>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. **Centro Antigo de Salvador**: Plano de Reabilitação Participativo. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009a. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CALDERÓN, Valentin. **Biografia de um monumento**: o antigo Convento de Santa Teresa da Bahia. Salvador: UFBA, Departamento Cultural da Reitoria, 1970. (Estudos Baiano, 3).

CERQUEIRA, Luciano. **Guia do Diagnóstico Participativo**. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

COSTA, Kátia; VILUTIS, Luana. Mapear para planejar e planejar para transformar: a importância do diagnóstico nos planos de cultura. In: BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocastra Holanda (Org.). **Gestão cultural e diversidade**: do pensar ao agir. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp->

content/uploads/2018/10/BARROS_e_BEZERRA_Gestao_cultural_e_diversidade.pdf>
. Acesso em: 24 mar. 2019. p. 139-166

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2016.

LOURENÇO, Marta C. Contributions to the history of university museums and collections in Europe. **Museologia: an international journal of museology**, Lisboa, v. 3, p. 17-26, 2003. Disponível em: <<https://edoc.hu-berlin.de/bitstream/handle/18452/9201/lourenco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dois diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 2, p. 3-11, 2001. Disponível em: <<http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/268>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

RABELO, Priscila; ROSA, Flávia. O papel do plano museológico para a integração do museu com a comunidade: o caso do Museu de Arte Sacra da UFBA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CULTURAS, 4., 2018, Cachoeira. **Anais eletrônicos...** Cachoeira: UFRB, 2019. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/eventos/4congressoculturas/wp-content/uploads/sites/19/2019/03/RABELO-Priscila-e-ROSA-FI%C3%A1via.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museu, escola e comunidade: uma integração necessária**. [Salvador]: SPHAN/Pró-memória, 1987.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Convento de Santa Teresa: Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia**. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

TIRRELL, Peter B. The university museum as a social enterprise. **Museologia: an international journal of museology**, Lisboa, v. 2, p. 119-132, 2002. Disponível em: <<https://edoc.hu-berlin.de/bitstream/handle/18452/9195/tirrell.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e Regimento Geral**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/plano-desenvolvimento-institucional-ufba_web_compressed.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento do Museu de Arte Sacra**. Salvador: UFBA, 1972.